



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O neoconservadorismo nos estados brasileiros: um mapeamento exploratório das agendas políticas da “ideologia de gênero e do “Escola Sem Partido”

JOÃO VITOR RODRIGUES MARTINS

BRASÍLIA
2019
JOÃO VITOR RODRIGUES MARTINS

O neoconservadorismo nos estados brasileiros: um mapeamento exploratório das agendas políticas da “ideologia de gênero e do “Escola Sem Partido”

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.
Orientadora: Profa. Dra. Flávia Milena Biroli Tokarski

BRASÍLIA
2019

Sumário

Introdução	4
Seção 1 - A reação conservadora no contexto brasileiro recente: politização reativa por setores religiosos	6
Seção 2 - Pânicos morais: ideologia de gênero e escola sem partido	9
2.1. A ameaça representada pela “ideologia de gênero”	10
2.2 - O Movimento Escola sem partido e a caça contra a “doutrinação” promovida por professores.....	13
Seção 3 - As propostas e os perfis dos parlamentares contra a “ideologia de gênero” e pela promoção da “escola sem partido” nos estados brasileiros	14
3.1 - Ações legislativas sobre Ideologia de Gênero, Escola sem Partido e Educação Sexual apresentadas nas Assembleias Estaduais e Distritais, de 1993 a 2016.....	15
3.2 - Os/as deputados/as estaduais em torno das agendas de combate à “ideologia de gênero” e de promoção da “escola sem partido”	21
Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas	26

RESUMO

O presente artigo busca realizar um mapeamento exploratório de projetos legislativos e audiências públicas contrários à agenda de gênero e da diversidade sexual, nas Assembleias estaduais e distrital brasileiras. Para tanto, foi feita uma busca por meio das palavras-chave “ideologia de gênero”, “Escola Sem Partido”, “Educação Sexual” e “escola livre”. O mapeamento realizado teve como objetivo compreender o teor das ações legislativas nos estados e, principalmente, o perfil de deputados e deputadas estaduais proponentes de tais ações. A análise se relaciona aos estudos sobre neoconservadorismo e reação ao gênero no cenário político nacional, procurando contribuir para melhor compreender as especificidades dos contextos políticos subnacionais.

PALAVRAS-CHAVE: reação conservadora; pânico morais; assembleias estaduais e distritais; ideologia de gênero; escola sem partido.

ABSTRACT

This article seeks to carry out an exploratory mapping of legislative and public public projects contrary to the gender and sexual diversity agenda, in the Brazilian state and district assemblies. To this end, a search was made using the keywords "gender ideology", "School Without Party", "Sex Education" and "free school". The mapping carried out had as objective to understand the content of the legislative actions in the states and, mainly, the profile of deputies and state deputies proposing such actions. An analysis relates to the studies on neoconservatism and gender reaction in the national political scenario, seeking to contribute to better understand as specificities of subnational political contexts.

KEYWORDS: conservative reaction; moral panics; state and district assemblies; gender ideology; schools without party.

Introdução

As ações de setores (neo)conservadores ganharam maior força e visibilidade na política brasileira recente, apresentando novos formatos de organização e ação política conjuntamente com o ganho de centralidade de atores e atrizes políticas a partir de temas como o combate à “ideologia de gênero”, a defesa da família e de valores “tradicionais” e a luta contra a conquista de cidadania e direitos por parte de grupos oprimidos. As mobilizações e as explorações de pânicos morais, como conceituados a seguir, em torno da ameaça da “ideologia de gênero” e da promoção da “escola sem partido” são entendidos como dois pontos centrais de capitalização política de tais setores.

O termo “ideologia de gênero” ganhou maior visibilidade e frequência de uso nos últimos anos, principais em debates no Congresso Nacional sobre diretrizes educacionais e materiais didáticos. A expressão é caracterizada de distintas formas, mas no seu centro está o suposto argumento de que haveria uma iniciativa de setores governamentais e educadores para introduzir verticalmente a ideia de que não haveria “masculinidade” e “feminilidade” natas, mas sim que seria possível que crianças e adolescentes construíssem seu gênero conforme entendessem. De maneira próxima, a expressão “Escola Sem Partido” ganha visibilidade com ações de Miguel Nagib em 2003 contra o que seria uma ação fascista político-ideológica de doutrinação de professores, adquirindo caráter de movimentação política organizada para a disseminação de informações, mas também para a conquista de alterações normativas.

Dessa forma, o presente artigo busca realizar um mapeamento exploratório de projetos legislativos e audiências públicas contrários à agenda de gênero e da diversidade sexual, nas Assembleias estaduais e distrital brasileiras entre os anos 1993 e 2019, correspondentes à cobertura temporal total das proposições resultantes da busca. Esse mapeamento busca melhor compreender o teor dessas ações e o perfil de deputados e deputadas estaduais proponentes de tais ações. A pesquisa busca apontar as aproximações com as análises já realizadas sobre o cenário político nacional, mas também observar as especificidades dos contextos políticos subnacionais.

No primeiro capítulo, é realizada uma abordagem conceitual sobre o (neo)conservadorismo e a reação conservadora observada no cenário político brasileiro, tendo como foco a atuação de setores religiosos e a sua capacidade de articulação com outros grupos políticos. Posteriormente, no segundo capítulo, a construção e a capitalização política de pânicos morais são discutidas como ferramentas dessa reação, tomando os dois

exemplos centrais nesta pesquisa: a ameaça da “ideologia de gênero” e a mobilização para a promoção da “escola sem partido”. Nós os situamos no contexto mais amplo da “politização reativa” das temáticas de gênero e sexualidade (VAGGIONE, 2005, p. 234). Por fim, no terceiro capítulo, são apresentados e debatidos os projetos de lei, audiências públicas e demais proposições apresentadas nas Assembleias Legislativas estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, assim como o perfil de deputados e deputadas envolvidos com tais matérias legislativas obtidas a partir das palavras de busca “ideologia de gênero”, “Escola Sem Partido”, “Educação Sexual” e “escola livre”.

1. A reação conservadora no contexto brasileiro recente: politização reativa por setores religiosos

A caracterização da agenda de combate à “ideologia de gênero” e de promoção da “escola sem partido” como parte de uma reação conservadora a avanços recentes em direitos e na cidadania de mulheres e da população LGBTQ+ requer a elaboração conceitual de elementos como o próprio (neo)conservadorismo, assim como sobre laicidade e os entrelaçamentos entre religião e política. Para tanto, é possível traçar comparativos com cenários internacionais, como o da política norte-americana dos anos 1980, do avanço do neoliberalismo e o contexto latino-americano recente. O presente capítulo busca traçar tais conexões e fornecer bases para as análises posteriormente descritas.

É necessário, dessa forma, resgatar o surgimento de um pensamento e, posteriormente, de uma ação política neoconservadora na coalizão de setores cristãos, de políticos de direita e intelectuais liberais como forma de reação a mecanismos e políticas de bem-estar social e de avanços no âmbito dos direitos civis nos EUA, representada principalmente pela eleição de Ronald Reagan em 1981 (LACERDA, 2018). O (neo)conservadorismo aparece, então, como o reconstrutor de uma agregação social perdida com o desmonte de políticas públicas do Estado de bem-estar social a partir da valorização da “naturalidade” presente em arranjos tradicionais de família e da complementariedade entre homem e mulher (LACERDA, 2018).

Para tanto, Marina Lacerda resgata a ideia defendida por Huntington, uma das bases intelectuais do neoconservadorismo norte-americano, que o conservadorismo é posicional, construído a partir de necessidades históricas definidas e reativo a quando “forças sociais que desafiam a ordem estabelecida se tornam relevantes o suficiente para apresentar perigo claro e presentes às instituições” (LACERDA, 2018, p. 35). O caráter de resistência à

mudança é central não só para o desenvolvimento do conservadorismo enquanto modo de pensamento, mas também como articulação política de preservação da ordem social a partir de um momento de ameaça e de risco de erosão de estruturas sociais convencionais (LACERDA, 2018).

Ao analisar a política brasileira recente, Flávia Biroli (2019) caracteriza a formação de uma reação conservadora, que age atribuindo às conquistas e às ações públicas dos movimentos feministas e LGBTQ+ a condição de uma ameaça. Assim, os medos e receios vivenciados em um período de crise econômica, mas também de precarização de direitos, de relações trabalhistas e de laços sociais poderiam ser codificados como problemas de caráter moral. O caráter reativo de tais mobilizações se relaciona diretamente com os avanços na desconstrução de práticas e valores e na inserção em estruturais institucionais e estatais de movimentos feministas e LGBTQ+ (BIROLI, 2019), (PARRA, 2019).

Há, dessa forma, uma junção (discursivamente mobilizada na e pela opinião pública, mas que é, também, transformada em capital político e em forma de organização eleitoral) das campanhas contra as ações “doutrinárias” de professores que ameaçariam a primazia das famílias de construção de valores morais (como visto na narrativa de implementação de uma “escola sem partido”) com as movimentações transnacionais de luta contra o avanço da “ideologia de gênero”, que busca, principalmente, romper com a “naturalidade” da relação complementar entre homens e mulheres (BIROLI, 2019).

A ameaça representada pela “ideologia de gênero” passa a ser mobilizada no final da década de 1990, reagindo principalmente à inclusão das temáticas de violência de gênero e de respeito à diversidade em escolas. O termo entra, mais especificamente, nas discussões no Legislativo Federal a partir da reação ao Programa Brasil sem Homofobia e à inclusão de termos referentes ao combate à discriminação de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Raniery Parra, ao analisar os discursos sobre tal “ideologia” no Congresso Nacional, apresenta como há um aumento significativo de menções nas discussões na Câmara dos Deputados do termo “ideologia de gênero” a partir de 2013. O seu marco inicial, porém, é apontando como o “PL 8.035/2010 - que tratava do Plano Nacional de Educação (2011-2010) -”, como embrião das discussões sobre um possível combate aberto à inclusão do termo gênero em políticas públicas e projetos de leis” (PARRA, 2019, p. 97).

A reação conservadora é entendida, então, enquanto um questionamento do conhecimento que busca analisar formas de violência estruturantes nas relações e posições sociais desiguais, como a heteronormatividade e as opressões de gênero. O Movimento

Escola Sem Partido brasileiro apresenta um importante exemplo de tal reação, pela sua narrativa de combate à “parcialidade” de professores e professoras pensados tantos enquanto propagadores de uma “propaganda comunista”, como difusores da “ideologia de gênero” que buscariam romper com os tecidos estruturantes de relações familiares e da própria moral (BIROLI, 2019).

Tal disputa adquire um formato de embate sobre verdades científicas e sobre processos que baseiam normas sociais e legais, mas também operam um reposicionamento sobre a laicidade do Estado, como visto por Maria das Dores Machado (2018). Ao olhar para o aumento de expressão social e política de setores pentecostais no Brasil, a autora aponta uma correlação de forças conservadoras a partir do processo eleitoral de 2014 e na eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados em 2015. Para Machado, o aumento do poder de influência se dá não por um aumento considerável de deputados evangélicos, mas pela formação de uma coalização entre deputados apoiados pelo agronegócio, pela indústria armamentista, pelas igrejas evangélicas, pelo movimento carismático católico e por distintos setores antipetistas. Ocorreu, então, um ganho de força e de legitimidade das lideranças pentecostais, adentrando círculos mais restritos de comissões e de votações (MACHADO, 2017).

O Brasil, nesse sentido, insere-se em um movimento presente em outros países latino-americanos de crescimento, começando no final dos anos 80 e começo dos anos 90 e ganhando força até os anos 2000, tanto da população pertencente a alguma religião protestante, como também da organização de grupos pentecostais para a participação na política partidária-eleitoral (BÉLTRAN, 2013), (BÉLTRAN, QUIROGA, 2017), (MACHADO, 2017).

A partir do final dos anos 80, há uma mudança de atitude frente à política influenciada pela maior aceitação pela classe média urbana das religiões evangélicas. Surge o neopentecostalismo, marcado pelo rápido crescimento de igrejas e fiéis, pelo caráter midiático de suas ações e pelo incentivo à prosperidade econômica como forma de expressão da fé em Deus. A chamada “terceira onda do pentecostalismo” adquire uma nova base moral que a move para a participação em processos de definição de normas e da vida política. Os líderes de tais organizações religiosas passam a propagar o entendimento de que suas posições enquanto filhos e fiéis de Deus justificariam a participação e a conquista de poder e de riquezas, incluída também a vida política (BELTRÁN, QUIROGA, 2017), (TEIXEIRA, 2019).

Teixeira (2019), ao pensar os novos formatos de participação política dos líderes neopentecostais, articula a ideia de representação corporativa, em que há o lançamento de candidaturas oficiais pelas igrejas, prática que se inicia com a Igreja Universal do Reino de Deus mas logo se expande para outras como a Igreja do Evangelho Quadrangular. Nesses casos, não há somente a vinculação enquanto um candidato religioso, mas sim como representante de tal igreja, tendo ligações diretas entre os setores organizacionais da igreja e o controle da campanha, do acesso a espaços e sobre as posições a serem adotadas. Há uma transformação, então, do capital simbólico da própria Igreja em capital político por parte do candidato (TEIXEIRA, 2019).

2. Pânicos morais: ideologia de gênero e escola sem partido

A reação conservadora e a atuação de setores religiosos na política, como caracterizadas anteriormente, podem ser analisadas a partir de sua ação de constituição e de capitalização política da narrativa de uma sociedade em risco. A exploração de uma visão que vivemos situações em que laços e estruturas sociais estão sob ameaça é conceituada como a formação de pânico morais por Stanley Cohen. Para o autor, tais pânico são construídos pelo uso de temores reais ou imaginários, gerando assim apoio a volta de valores tradicionais, assim como para a afirmação de uma ordem social pautada pelo conservadorismo (COHEN, 1972).

Cohen divide as fases da formação de tais pânico: 1) há a definição de certos atores, grupos, episódios ou ações como um perigo para os valores da sociedade; 2) há uma exploração midiática pautada pela produção de estigmatizações de tal “perigo”; 3) atores surgem enquanto protetores da “moral” e como defensores de valores tidos como universais e majoritários em tal contexto social; 4) há o pronunciamento dos riscos envolvendo tal “perigo”; 5) surgem formas de enfrentamento, podendo produzir mudanças reativas no âmbito legal e político, mas também na própria construção de concepções difundidas amplamente (COHEN, 1972).

O medo referente ao desgaste ou até mesmo à superação de posições, interesses, ideologias e valores adquire posição central em tal exploração narrativa. A componente moral é, então, adicionada, como posta por Richard Miskolci (2007), pela idealização de uma ordem social e de suas instituições como a família e o casamento, que estariam sob ameaça. O risco moral fornece justificativa para uma volta a valores tradicionais, assim

como para a afirmação de uma ordem social pautada pelo tradicionalismo. A resposta se daria pela construção ou pelo restabelecimento de novas formas de controle social, como por meio de medidas educacionais e de regulamentações legais restritivas a direitos (MISKOLCI, 2007).

Os pânicos morais são construídos, dessa forma, enquanto reações a dinâmicas de mudança social em que há tensionamentos e disputas em torno dos limites morais da sociedade. Há um entendimento, nessas narrativas e em tais ações políticas, de que há uma categoria de sujeitos e de conquistas que desafiam a ordem moral e a própria sociedade. Dessa forma, é construída uma gramática comum de necessidade de ação para a contenção de tal princípio disruptivo (MISKOLCI, 2007).

Nesta pesquisa, busco entender a relação entre a reação conservadora e a formação de pânicos morais que possuem no seu cerne a ideia de corrosão da família, da ameaça a valores tradicionais e morais, da fuga da naturalidade da complementariedade entre homem e mulher e do risco à educação de crianças e adolescentes representados pelo combate à “ideologia de gênero” e pela promoção da “escola sem partido”.

2. 1. A ameaça representada pela “ideologia de gênero”

A ameaça da “ideologia de gênero” pode ser analisada enquanto um recurso retórico difundido pelo Vaticano de apontamento de como os estudos de gênero e sexualidade questionam uma base imutável da antropologia e se colocam como uma “ideologia” que ameaça a “ordem da criação” e a estabilidade da reprodução social. Tal discurso é constituído, desde o seu início, portanto, como reação à desnaturalização presente em discursos e teorias de movimentos feministas, que são descaracterizados enquanto científicos para serem vistos como uma confusão conceitual que leva ao rompimento da ligação entre realidade e linguagem (GARBAGNOLI, 2018).

A construção de tal ação de pensamento e de mobilização política pode ser relacionada com mudanças recentes no discurso público do Vaticano através dos informes anuais do Observatório Internacional Cardeal Van Thuân (criado em 2004 para difundir a doutrina social da Igreja Católica): 1) a mudança do foco dado pela doutrina social católica do âmbito da economia para o da antropologia humana (entendida pelo Vaticano, como o estudo da natureza humana que é inerentemente sexuada e, portanto, pressupõe um estudo da sexualidade e da diferença sexual e seus impactos nas relações sociais); 2) a centralidade

assumida por Joseph Ratzinger na difusão da ideia de que há uma lei moral natural (*lex naturalis*) a ser estudada assim como as leis naturais das ciências exatas - para o Vaticano, as ciências sociais (espelhando-se nas naturais) devem estudar o impacto das leis naturais na estrutura da realidade social já que dizem diretamente sobre a natureza humana da complementariedade dos sexos; 3) a doutrina social da Igreja passa a ser a principal ferramenta de uma nova forma de evangelização, como chamada pelo Papa João Paulo II, que combate uma cultura secularista agressiva encabeçada pelo "gênero" (GARBAGNOLI, 2018).

Para o Vaticano, "gênero" seria o termo emblemático das teorias que apontam o caráter de construção social da masculinidade e feminilidade, o que destruiria a ordem social "natural", e, portanto, poderia ser visto como uma "ideologia". Há, portanto, a formação de um movimento transnacional entendido como uma ofensiva que busca ressignificar a ideia de gênero, em que a Igreja Católica passa a disputar para que houvesse a primazia do fundamento biológico da separação entre homens e mulheres (GARBAGNOLI, 2018). Machado caracteriza tal movimentação como a formulação de um conhecimento teológico como forma de reação ao desenvolvimento das epistemologias feministas (MACHADO, 2018).

A "ideologia de gênero" é, então, um recurso organizado como ataque direto ao discurso e à prática feminista, atendendo a três propósitos principais: 1) a configuração de um inimigo único e aterrorizante; 2) a união de atores religiosos e não religiosos em uma frente ampla de ativismo em nome da defesa da lei natural e do que é humano; e 3) a criação de um pânico moral na esfera pública como forma de influenciar políticas públicas, legislações e decisões judiciais.

Além disso, é importante caracterizá-lo enquanto um dispositivo reativo a: 1) o surgimento de estudos feministas e LGBTQ+ que analisam as relações sociais de naturalização das normas e das diferenças sexuais (nesse ponto o Vaticano é apontado como o ator de uma aglomeração de conceitos distintos e antagônicos de "gênero"; 2) as demandas e lutas de movimentos feministas e LGBTQ+ contra situações de desigualdade e opressões; e 3) a reformas legais e políticas públicas que representam avanços contra a discriminação de gênero e sexualidade (GARBAGNOLI, 2018).

A estratégia do Vaticano passa a ser caracterizar o gênero enquanto uma "ideologia" para combater a desnaturalização empregada por movimentos e teorias feministas. Há uma descaracterização de tais discursos como científicos, além do seu posicionamento como uma "confusão conceitual" baseada em Marx, Simone de Beauvoir,

Foucault e Butler que desafiaria a ligação entre realidade e linguagem (GARBAGNOLI, 2018), (MACHADO, 2018). Além disso a caracterização da “ideologia de gênero” como um sistema de pensamento impositivo e fechado seria base para a sua equiparação com diversos regimes totalitários, como o nazismo e o comunismo (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

No Brasil, a ideia de uma suposta “ameaça” da “ideologia de gênero” passar a ser articulada dentro de uma reação conservadora, como caracterizada anteriormente, à adoção de agendas governamentais progressistas ao longo dos anos 2000 e 2010 conduzidas por um agendamento público de questões envolvendo a desigualdade de gênero e LGBTfobia por organizações e movimentos LGBTQ+ e feministas (MACHADO, 2019). Machado toma como central as reações, principalmente no Legislativo, mas também em veículos de comunicação, contra a inclusão de temáticas de gênero e orientação sexual apresentadas pelo Poder Executivo no Projeto de Lei 8.035/2010. No texto, a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação adquiririam ênfase nas políticas educacionais (MACHADO, 2018).

Já para Miskolci e Campana (2017), a narrativa dos riscos da “ideologia de gênero” ganha força com a polêmica envolvendo um material a ser distribuído pelo Ministério da Educação no âmbito do programa Brasil Sem Homofobia, alguns dias após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece a união estável entre casais do mesmo sexo. A partir da confluência de diversos atores como Jair Bolsonaro, Magno Malta, Anthony Garotinho, João Campos, as Frentes Parlamentares Evangélica e pela Família, entre outros, há a promoção da ideia de que haveria um “kit gay” a ser distribuído em escolas contendo cenas pornográficas que incentivariam crianças a se “tornarem” homossexuais (MISKOLCI, CAMPANA, 2017), (VITAL, LOPES, 2012).

Vital e Lopes (2012) retraçam a história de um material produzido por uma ONG paulista em convênio com o Ministério da Educação e em diálogo com setores do movimento LGBTQ+ voltado para a promoção de reflexões sobre sexualidade, gênero, infância e juventude. O material consistia em: 1) um caderno de orientação para o educador; 2) seis boletins com linguagem adequada à idade para a distribuição entre estudantes; 3) um cartaz de divulgação do projeto na escola; 4) cartas de apresentação para gestores e educadores como forma de apresentação do projeto e de indicação de formas de sua implementação; 5) três vídeos educativos indicados para serem estimuladores de pontos iniciais de debate. Tal conjunto educativo estava em construção desde 2008, a partir de um fundo orçamentário proveniente de uma emenda ao Orçamento Federal conquistada

a partir de articulações da ABGLT na Comissão de Legislação Participativa, mas que ainda não haviam sido aprovadas pelo MEC na época de sua visibilização negativa (VITAL, LOPES, 2012).

Segundo os autores, o modo de atuação dos atores conservadores parte do acionamento de um pânico moral como ferramenta de um falseamento e distorção. Dessa forma,

O combate à homofobia e a promoção do respeito à diversidade sexual, nesse contexto, podem ser lidos como políticas que visam “privilegiar homossexuais” ou dar “estímulo aos mesmos”. Uma campanha na escola, de combate ao bullying homofóbico, torna-se, como na fala de Bolsonaro no mesmo panfleto, incentivo ao “homossexualismo” e à pedofilia. Ele afirma: “Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo nas escolas públicas do 1º Grau, bem como, tornam os nossos filhos alvos fáceis para os pedófilos” (VITAL, LOPES, 2012, p. 125).

2. 2 - O Movimento Escola sem partido e a caça contra a “doutrinação” promovida por professores

O Movimento Escola Sem Partido se inicia no Brasil a partir das ações de Miguel Nagib contra o que seria uma ação fascista político-ideológica de doutrinação de professores. A organização do “Escola Sem Partido” enquanto um movimento político articulado e propositivo se inicia com as ações de Miguel Nagib, a partir de 2003. O Procurador do Estado de São Paulo começou uma campanha contra a comparação feita pelo Professor de História de sua filha em uma escola privada de Che Chegava a São Francisco de Assis, argumentando que “os alunos estariam sendo vítimas da inculcação sistemática de ideias políticas por parte de professores e dos currículos escolares criados pelo Poder Público” (OLIVEIRA, 2019, p. 23)

A partir de então, Nagib passou a organizar uma agenda de circulação de ideias contra a “doutrinação ideológica” promovida por professores, o que levou à apresentação do Projeto de Lei n.º 867/2015, que institui o “Programa Escola Sem Partido”, anexado ao PL 7.180/2021. A Comissão Especial criada reuniu os debates e as discussões sobre os projetos apenas ao primeiro, chegando a ser conhecida como a “comissão do ESP” (OLIVERIA, 2019).

Nesse momento, é possível perceber a União do MESP com lideranças religiosas e outros políticos conservadores sem conexões religiosas expressas. Em tal momento, o

“Escola Sem Partido” fornece maior peso ao seu argumento de que a educação deveria ser primazia dos pais e da família. Segundo tal narrativa, a execução da política educacional como se dá interfere não só no âmbito da escola, mas na própria família e em seus valores morais, o que parte do entendimento da intransponibilidade entre as fronteiras entre estado e família e entre público e privado (MISKOLCI, 2017), (OLIVERIA, 2019).

Os efeitos reais de tal movimentação, porém, estão menos em alterações normativas e em ações institucionais e mais em um ganho escalonado de legitimidade para a perseguição de atores considerados "subversivos". A ideia de que a família, o lugar máximo de proteção da individualidade e do que é visto enquanto naturalmente humano, estaria sob ataque ativa as características anteriormente expostas de um pânico moral e fornecem um caminho estratégico para o avanço político de tais ideias. Após a breve exposição sobre o que se entende pela ameaça da “ideologia de gênero” e do movimento pela implementação do “Escola Sem Partido”, o próximo capítulo apresenta os dados da pesquisa exploratória das proposições e audiências públicas, assim como os atores nas Assembleias Legislativas e na Câmara Distrital.

3. As propostas e os perfis dos parlamentares contra a “ideologia de gênero” e pela promoção da “escola sem partido” nos estados brasileiros

Ao entender os traços adquiridos pela reação conservadora no Brasil e pelo uso de pânico moral como ferramentas de capitalização e ação política, faz-se necessário analisar não só as proposições normativas, mas o próprio conjunto de tais políticos. A presente pesquisa se volta para os ambientes legislativos subnacionais, mais especificamente as Assembleias nos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, como forma de entender como os temas da ameaça da “ideologia de gênero” e da promoção da “escola sem partido” adentraram a política brasileira em diferentes níveis.

A *query* de pesquisa foi definida como: “ideologia de gênero” OR “Escola Sem Partido” OR “Educação Sexual” OR “escola livre”, buscando abarcar projetos e discussões que buscassem restringir o uso de termos e temáticas envolvendo gênero, diversidade sexual ou educação sexual nos planos educacionais, assim como restringir liberdades de professores no âmbito escolar. Após tal coleta, foi também construída uma ficha com perfis dos deputados estaduais autores dos projetos e requerimentos resultantes da busca, que constituem o corpus da pesquisa. A ficha era composta de informações sobre: partido pertencente, estado, data de nascimento, gênero, religião, trajetória política, formação e

profissão, cargos ocupados na Assembleia, número de mandatos como Deputado Estadual e em outros cargos eletivos e trajetória partidária.

Uma dificuldade encontrada, porém, na realização de tal pesquisa passa pelas diferenças entre os espaços virtuais das Assembleias estaduais e distritais, assim como dos mecanismos de busca e de filtragem de resultado. Além disso, os próprios bancos de dados são organizados de maneiras distintas, apresentando níveis desiguais de disponibilização de informações. A sistematização dos dados, portanto, buscou padronizar as informações de cada projeto (Apêndice I) e dos deputados e deputadas autores de cada proposição.

,Dessa forma, só foi possível realizar a busca em em 24 das 27 Assembleias. Entre os problemas encontrados, estão: 1) as Assembleias Estaduais do Pará e do Rio Grande do Norte não apresentam mecanismos virtuais de busca, sendo possível somente a pesquisa por notícias dos seus portais de comunicação¹; 2) o espaço virtual da Assembleia Estadual de Roraima esteve fora do ar durante o tempo de pesquisa, não sendo possível a busca de matérias e de notícias².

3.1 - Ações legislativas sobre Ideologia de Gênero, Escola sem Partido e Educação Sexual apresentadas nas Assembleias Estaduais e Distritais, de 1993 a 2016.

A Tabela 1 apresenta uma visão geral com quantificações dos resultados para cada estado. Os dados foram separados em: projetos de lei, audiências públicas e sessões extraordinárias e outras proposições (como moções de protesto ou repúdio, indicações, requerimentos e mensagens governamentais). Apresentamos, assim, um panorama inicial de como os temas foram tratados nos espaços legislativos estaduais analisados, apresentando as proposições encontradas no período completo de matérias resultantes da pesquisa.

Tabela 1 - Resultados de busca por Unidade da Federação e tipo de proposição, com as palavras-chave “ideologia de gênero”, “Escola Sem Partido”, “Educação Sexual” e “escola livre” (ano 1993 a 2016).

¹ Nos dois casos, foi realizado um pedido por e-mail à mesa diretora de cada Assembleia para projetos e requerimentos com os termos “ideologia de gênero”, “escola sem partido” e “educação sexual”, conforme procedimentos informados em contato por telefone. Nos dois casos, ainda não houve resposta à solicitação.

² Por telefone, fui informado de que deveria aguardar os sistemas virtuais da Assembleia serem novamente disponibilizados. Durante o tempo de pesquisa, o endereço ainda se encontra indisponível. Novas tentativas serão feitas.

	Projetos de Lei	Audiências Públicas e Sessões	Outras proposições
Acre	-	-	2
Alagoas	2	-	6
Amapá	2	-	-
Amazonas	3	2	-
Bahia	6	-	3
Ceará	5	-	2
Distrito Federal	4	1	-
Espírito Santo	4	1	-
Goiás	2	-	-
Maranhão	-	1	1
Mato Grosso	3	2	-
Mato Grosso do Sul	1	1	2
Minas Gerais	1	2	-
Paraíba	1	-	-
Paraná	2	1	1
Pernambuco	2	1	3
Piauí	-	-	3
Rio de Janeiro	4		-
Rio Grande do Norte	-	-	-
Rio Grande do Sul	3	-	-
Rondônia	-	-	-
Santa Catarina	2	-	1

São Paulo	4	5	1
Sergipe	1	2	-
Tocantins	-	-	-
Total	51	19	26

Fonte: dados e elaboração do autor

Em uma análise específica sobre os projetos de lei encontrados na pesquisa, a Tabela 2 permite a visualização das informações sobre as temáticas das 51 proposições encontradas em 19 Assembleias Estaduais. No total, são 10 projetos encontrados sobre a temática da “ideologia de gênero” e 27 que buscam implementar o “Escola Sem Partido”.

Sobre os projetos sobre o Escola Sem Partido, uma leitura dos textos demonstra uma similaridade entre as propostas, que replicam a estrutura do Projeto de Lei n.º 960, de 2014, apresentado pelo Dep. Estadual José Bittencourt (PRB/SP) à Assembleia Legislativa de São Paulo. Como mostra o Gráfico 1, abaixo, nos anos de 2014 e 2015 encontram-se os picos de apresentação de propostas sobre as duas agendas.

Os textos sobre a “ideologia de gênero” buscam, em sua maior parte, proibir o “ensino” e a “promoção” de tal “ideologia” nas escolas públicas estaduais. Dois projetos se diferenciam dos demais: o Projeto 22.695, de 2018 apresentado pelo Dep. Estadual Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA) à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia que prevê a instalação de mecanismo de proteção digital nos computadores da rede estadual de ensino para “proteger estudantes dos conteúdos com pornografias, assuntos eróticos, bem como, apologia e/ou estímulos a violência, consumo de drogas ilícitas, ideologia de gênero e outros assuntos” e o Projeto de Lei 1.138, de 2016 da Dep. Estadual Sandra Faraj (PR/DF), apresentado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que foca na “defesa da infância e da juventude na temática relacionada à ideologia de gênero”, caracterizando de maneira mais explícita o “ataque” a crianças e adolescentes promovido pela “ideologia de gênero”.

Quatro estados retornaram projetos com a palavra-chave “Escola Livre”, adicionada durante o processo de busca. Dentre estes, estão: 1) São Paulo, com um projeto em 2016 do Dep. Carlos Giannazi (PSOL/SP), caracterizado enquanto uma medida reativa ao ganho de força do Movimento Escola sem Partido na Assembleia Legislativa do Estado (como visto no número de notícias e audiências discutido posteriormente); 2) Alagoas (em

que ocorreu a aprovação da proposição apresentada pelo Dep. Ricardo Nezinho [PMDB/AL]) e Sergipe, com projetos apresentados de forma reativa não a propostas estaduais, mas ao Projeto em âmbito nacional; 3) Rio Grande do Sul, com um texto apresentado pelo Dep. Pedro Ruas (PSOL/RS) para instituir o Programa “Escola Livre de Discriminação por Orientação Sexual e Gênero”.

Já os textos classificados como “outras proposições” contêm outras expressões legislativas sobre as temáticas da proibição da “ideologia de gênero” e da implementação do Programa Escola Sem Partido. Os dados são compostos de: requerimentos de retirada da “ideologia de gênero” dos planos educacionais estaduais, moções de repúdio ao “uso continuado, insiste e criminoso do MEC e do INEP como plataforma indevida de multiplicação da nefasta ideologia de gênero” e moções de apoio a discursos específicos de deputados federais durante a tramitação do Projeto Escola sem Partido no Congresso Nacional.

Tabela 2 - Quantidade de Projetos de Lei por palavra-chave e estado

	Ideologia de Gênero	Escola sem Partido	Escola Livre	Educação Sexual
Alagoas	-	-	2	-
Amapá	-	-	-	2
Amazonas	-	1	-	2
Bahia	1	1	-	3
Ceará	-	4	-	-
Distrito Federal	1	3	-	-
Espírito Santo	2	2	-	-
Goiás	1	1	-	-
Mato Grosso	1	2	-	-
Mato Grosso do Sul	-	1	-	-
Minas Gerais	-	1	-	-
Paraíba	-	1	-	-

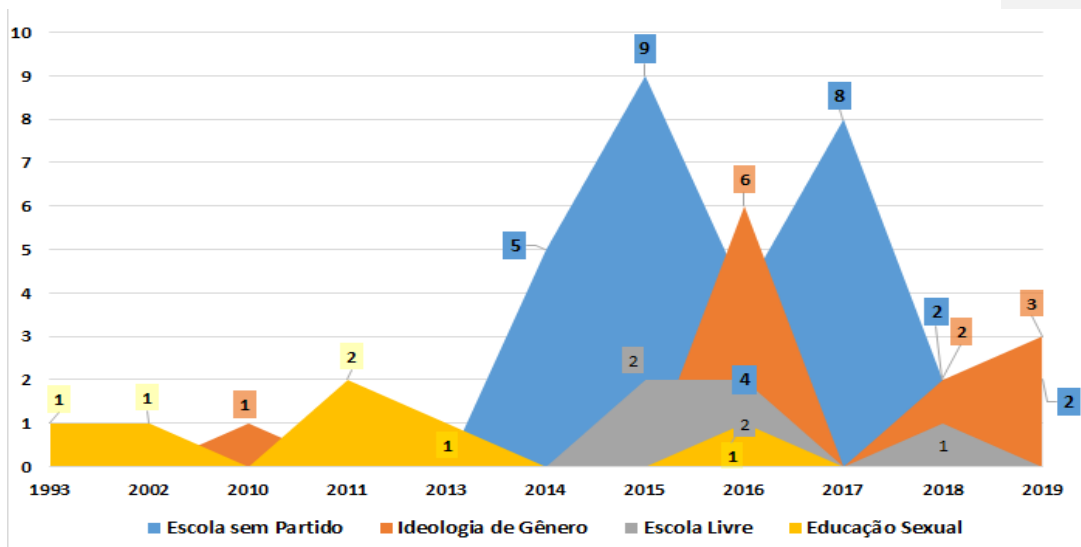
Paraná	-	2	-	-
Pernambuco	2	1	-	-
Rio de Janeiro	1	2	-	-
Rio Grande do Sul	-	2	1	-
Santa Catarina	-	1	-	-
São Paulo	1	2	1	-
Sergipe	-	-	1	-
Total	10	27	5	7

Fonte: dados e elaboração do autor

Ao traçar uma linha temporal (gráfico 1, abaixo) das proposições encontradas, é possível apontar 2013 como o ano da entrada dos temas da “escola sem partido” e da “ideologia de gênero” nos espaços legislativos estaduais. Para o primeiro termo, há dois momentos de concentração: o primeiro em 2015, em meio aos acontecimentos e às movimentações políticas que levaram à deposição de Dilma Rousseff e o segundo em 2017, no primeiro ano das atuais legislaturas estaduais e, portanto, o primeiro ano de mandato de muitos dos deputados (conforme apresentado abaixo no levantamento de perfil dos deputados estaduais). Já para os textos com sobre a “ideologia de gênero”, o ano de pico dos textos é em 2016.

Ao olhar para a esfera estadual, é possível reiterar a análise de que o termo “ideologia de gênero” passa a ganhar força e ter maior centralidade nos discursos e nos temas de debate da Câmara dos Deputados a partir de 2013, passando a compor o repertório da reação conservadora aos ganhos nas agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual (PARRA, 2019).

Gráfico 1 - Número de proposições nas Assembleias Estaduais por expressão de busca e ano



Fonte: dados e elaboração do autor

Além disso, foi realizada a extração dos atores nomeados nas audiências públicas solicitadas pelos Deputados. Entre os atores encontrados que se colocavam como defensores contra os “ataques” da “ideologia de gênero” e a implementação do Programa Escola Sem Partido, temos exemplos como: diferentes representantes no Movimento Brasil Livre, o líder do movimento “Escola Sem Partido”, a Pastoral Familiar de Santa Catarina, o Movimento Pró-Vida. Tal alternativa, porém, não demonstrou um grande corpo de resultados pelas limitações encontradas na busca de audiências públicas nos endereços virtuais das Assembleias.

Tabela 3 - Quantidade de audiências públicas e sessões extraordinárias sobre a “ideologia de gênero” e o “Escola Sem Partido” por palavra-chave e estado

	Escola sem Partido	Ideologia de Gênero
Amazonas	2	-
Distrito Federal	-	1
Espírito Santo	1	-
Maranhão	1	-

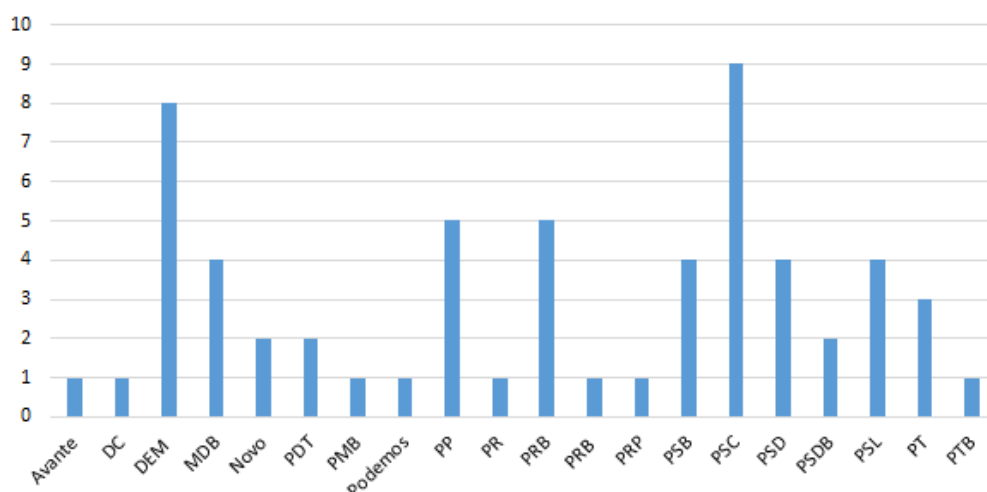
Mato Grosso	2	-
Mato Grosso do Sul	1	-
Minas Gerais	1	1
Paraná	1	-
Pernambuco	1	-
São Paulo	4	1
Sergipe	2	-
Total	16	3

Fonte: dados e elaboração do autor

3.2 - Os/as deputados/as estaduais em torno das agendas de combate à “ideologia de gênero” e de promoção da “escola sem partido”

A partir dos dados levantados, explorações analíticas foram realizadas para o desenho da pesquisa sobre os perfis dos autores dos projetos, audiências públicas e requerimentos encontrados. Dentre os proponentes de projetos de lei, de audiências públicas e outras proposições temos um conjunto de 61 deputados estaduais, com a distribuição partidária conforme o Gráfico 2 (abaixo).

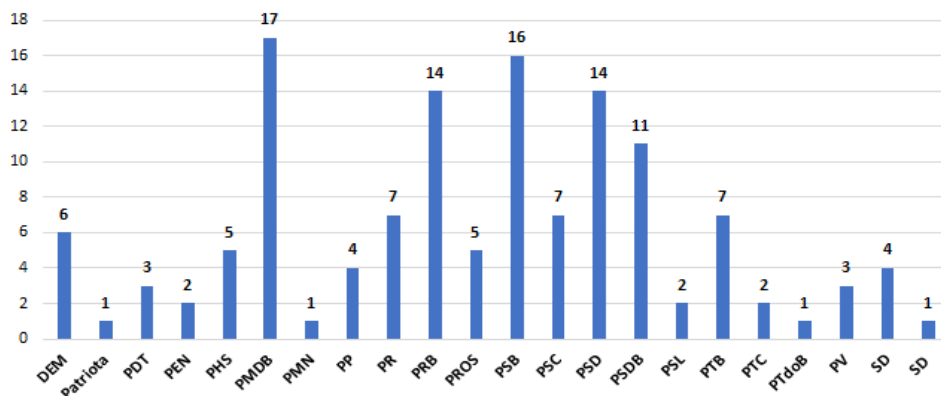
Gráfico 2 - Número de deputados estaduais com proposições com as expressões “ideologia de gênero” e “Escola sem Partido” nas Assembleias Estaduais, por partido



Fonte: dados e elaboração do autor.

Quando comparado com o perfil nacional dos deputados com participação no avanço da agenda de “combate” à “ideologia de gênero” (gráfico 3 abaixo), há alguns deputados cujos partidos estão representados apenas na busca estadual, como Dep. Pastor Sargento Isidório (Avante/BA), o Dep. Bartô (Novo/MG), o Dep. Professor Cleiton (DC/MG), o Dep. Delmasso (Podemos/DF), o Dep. Marcel Van Hattem (Novo/RS), a Dep. Mara Caseiro (PMB/MS), a Dep. Beatriz Cerqueira (PT/MG) e o Dep. Betão (PT/MG). O destaque para tal conjunto é do Requerimento 588/2019 em Minas Gerais, que representa uma ação pluripartidária (com deputados do PT, PSL, PR, Novo e DC) de convocar uma audiência pública para a discussão do projeto de implementação do Programa Escola Sem Partido no âmbito do sistema estadual de ensino.

Gráfico 3 - Número de deputados federais autores de proposições com a expressão “ideologia de gênero” no Congresso Nacional por partido (ano 1993 a 2019)

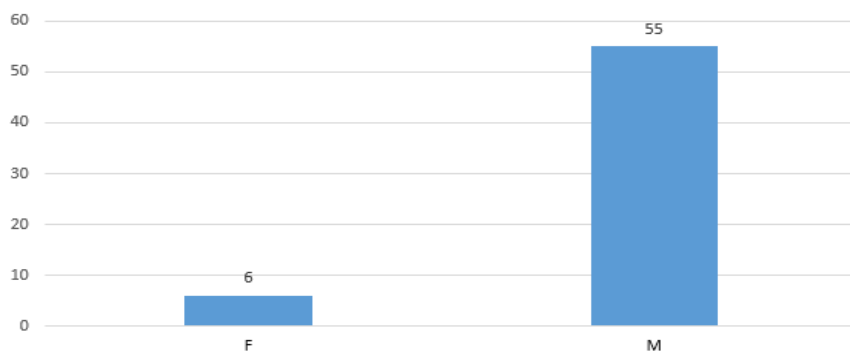


Fonte: Parra (2019), elaboração do autor.

Além disso, o conjunto possui 6 deputadas (9,8%) e 55 deputados (91,2%), conforme apresentado no gráfico 3 (abaixo), o que reflete os dados recentes sobre a distribuição desigual em termos de gênero na ocupação de cargos eletivos no âmbito estadual, segundo a Procuradoria da Mulher do Senado Federal (SENADO, 2016).

Gráfico 3 - Número de deputados estaduais com proposições com as expressões “ideologia de gênero” e “Escola sem Partido” nas Assembleias Estaduais por gênero

Fonte: dados e elaboração do autor.



Fonte: dados e elaboração do autor.

Como forma de entender tais perfis, uma parte da pesquisa voltou-se para a identidade religiosa, tal como definida pelo/a próprio/a deputado/a. Dessa forma, buscou-se a menção de vínculos religiosos nos meios pessoais de comunicação, como site pessoal

e redes sociais. Dos 61 parlamentares, 29 são evangélicos (47,5%), 3 são católicos (5%) e 4 se declaram seguir valores cristãos sem maiores especificações (6,5%). Para os 25 políticos restantes, não foi possível encontrar informações sobre religiosidade. As filiações religiosas dos parlamentares, quando encontradas, estão dispostas no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Distribuição das filiações religiosas dos Deputados Estaduais e Distritais, quando encontradas na busca.

Filiação religiosa	Parlamentar(es)
Fundação Doutor Jesus	Dep. Pastor Sargento Isidório (Avante-BA)
Assembleia de Deus	Dep. Samuel Júnior (PDT-BA), Dep. Dra. Silvana (MDB-CE), Dep. Henrique César (PSC-GO), Dep. Luiz do Carmo (MDB-GO), Dep. Felipe Francischini (PSL-PR), Dep. Pastor Cleiton Collins (PP-PE), Dep. Samuel Malafaia (DEM-RJ), Dep. Edson Albertassi (MDB-RJ)
Comunidade Cristã Ministério da Fé	Dep. Sandra Faraj (PR-DF)
Nova Terra	Dep. Delmasso (Podemos-DF)
Igreja Universal do Reino de Deus	Dep. Martins Machado (PRB-DF), Dep. Edson Pracyk (PRB-PR), Dep. Carlos Macedo (PRB-RJ)
Igreja do Evangelho Quadrangular	Dep. Leandro Genaro (PSB-MG), Dep. Gilson de Souza (PSC-PR)
Renovação Carismática Católica	Dep. Professor Cleiton (DC-MG)
Igreja Mundial do Poder de Deus	Dep. Ricardo Arruda (PSL-PR)
Pastoral Católica da Liturgia	Dep. Cobra Repórter (PSD-PR)
Igreja Internacional da Graça de Deus	Dep. Filipe Soares (DEM-RJ)

Fonte: dados e elaboração do autor.

Tal distribuição de filiação religiosa corrobora a análise de que há uma aliança entre evangélicos, católicos (tradicionalistas e carismáticos) e conservadores em torno das agendas conservadoras reativas. Ao olhar para os deputados que propuseram alguma matéria legislativa sobre a “ideologia de gênero” no Congresso Nacional, Raniery Parra aponta que

dos 140 deputados federais, 61 são evangélicos (43,5%), 34 católicos (24,2%), 7 se apresentam como cristãos sem maiores informações.

Além disso, os dados informam que entre os 61 deputados estaduais, 20 (32,7%) estão no primeiro mandato e 21 (34,4%) no segundo. Somados, os dois conjuntos demonstram o perfil de políticos jovens em seus estados, indicando uma entrada recente no âmbito da política institucional. Deste grupo, 19 já ocupam cargos de liderança de partido ou a presidência de Comissões Legislativas nas Assembleias, indicando uma rápida ascensão e centralidade adquirida por tais atores, que mesmo em seus mandatos iniciais já conquistaram força política para colocá-los em destaque dentro das alianças políticas. Exemplos de tais casos são: Dep. Platiny Soares (PSB/AM), Dep. Sandra Faraj (PR/DF), Dep. Wellington Moura (PRB/SP), Dep. Eduardo Botelho (DEM/MT), Dep. Doutor Deodalto (DEM/RJ) e Dep. Tião Medeiros (PTB/PR).

Considerações Finais

O levantamento das proposições e audiências públicas, assim como o mapeamento dos atores políticos mobilizadores das temáticas da “ideologia de gênero” e do “Escola Sem Partido” permitem a identificação da centralidade de atores religiosos ou que mobilizam a religiosidade enquanto capital político e fornecem indícios da formação de uma gramática comum e de uma estratégia compartilhada nacionalmente por políticos pertencentes ao que pode ser classificado como reação conservadora. O compartilhamento de atores, a proximidade dos textos dos projetos e as características comuns dos atores apontam para uma complementariedade das ações nos âmbitos subnacionais com os processos políticos no Congresso Nacional

As especificidades, porém, de cada Assembleia Legislativa e da Câmara Distrital, assim como o entendimento de formação de carreiras políticas e de acúmulo de capital político nos estados são fatores que escalonam as complexidades do tema estudado. A problemática, dessa forma, foi inicialmente caracterizada pelos dados exploratórios aqui apresentados, mas necessitam de investigações mais detalhadas para a compreensão, caracterização e explicação da reação conservadora aqui inicialmente debatida.

Referências Bibliográficas

BELTRÁN, William Mauricio. **Del monopolio católico a la explosión pentecostal.** Pluralización religiosa, secularización y cambio social en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

BELTRÁN, William Mauricio; QUIROGA, Jesús David. Pentecostalismo y política electoral en Colombia (1991-2014). **colomb.int.**, Bogotá, n. 91, p. 187-212, July 2017.

BIROLI, FLÁVIA. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, v. 61, p. 83-94, 2018.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers.** London, MacGibbon & Kee, 1972.

Formatado: Inglés (Estados Unidos)

GARBAGNOLI, Sara. Contra la herejía de la inmanencia: el 'género' según el Vaticano como nuevo recurso retórico contra la desnaturalización del orden sexual. In: BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David. **¡Habemus Género!** La Iglesia Católica e Ideología de Género. Textos Seleccionados. Asociacon Brasileira Interdisciplinar de SIDA. Observatorio de Sexualidade y Política: Rio de Janeiro, 2018.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia:** articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2018.

MACHADO, Maria; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 57, n.º 3, Rio de Janeiro, 2014, p. 601-631.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26(2), pp. 447-463, 2018.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

TEIXEIRA, Raniery Parra. "**Ideologia de gênero?**" **As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional**. Dissertação (de Mestrado) no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

VAGGIONE, Juan Marco. Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious. *Social Theory and Practice*, Florida State University, Tallahassee, FL, EUA, v. 31, n. 2, 2005.

VITAL, Christina e LOPES, Paulo. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Boll, 2012.